



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: O CASO DO MUNICÍPIO DE RIO CLARO-SP EM QUESTÃO

Sueli Iwasawa; Filipe Rafael Gracioli; Prof.^a Dra. Marilena A. Jorge Guedes de Camargo.

UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Campus de Rio Claro

Instituto de Biociências (IB), Depto. Educação

su_su2005@hotmail.com; filipe-rg@hotmail.com; marilenagcamargo@gmail.com

Resumo: Como delimitações do problema de pesquisa foram levantadas as questões: Que tipo de política pública o município de Rio Claro-SP adotou no momento de responsabilização pela EJA (em 1991)? Como as intenções políticas se traduzem nos documentos e nas “falas” dos sujeitos envolvidos? A pesquisa tem como objetivo geral: compreender e contribuir com a história da EJA em Rio Claro-SP, especialmente por meio do Projeto Vésper, este no sentido da sua manutenção ou eliminação como instrumento político público de alfabetização de jovens e adultos no município. E como objetivos específicos: analisar por meio de um levantamento histórico como se deu a implantação e o desenvolvimento do Projeto Vésper no município de Rio Claro-SP; descrever e analisar as ações desse Projeto no que se refere à EJA nesse município; e compreender por meio da análise dos questionários como se deu a atuação dos professores no Projeto. A pesquisa é desenvolvida na perspectiva de abordagem histórica centrada em documental e bibliográfica, por meio dos procedimentos de localização, seleção e análise de fontes documentais; e de leitura de bibliografia sobre a EJA, especialmente de abordagem histórica. Também foram aplicados questionários com professores que atuaram nessa modalidade de ensino por meio do Projeto Vésper sob responsabilização municipal. Do desenvolvimento dessa pesquisa resultará dissertação de Mestrado, na qual serão apresentados resultados da análise das fontes documentais e dos questionários. Os resultados propiciarão compreender como se deu o atendimento da EJA, especificamente no município de Rio Claro-SP, nesse período histórico pesquisado.

Palavras-chave: História, EJA, Projeto Vésper.

Introdução

O interesse pelo estudo da temática da Educação de Jovens e Adultos (EJA) se dá desde os tempos de graduação no curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC), da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), campus de Marília. Foi a partir daí, na condição de graduanda¹ que tomei contato maior com essa modalidade de Ensino, quando integrei o Programa de Educação de Jovens e Adultos (PEJA)²

¹ Considerando, aqui, a apresentação da minha experiência e trajetória enquanto graduanda no curso de Pedagogia é que elejo a redação na parte da justificativa, em primeira pessoa do singular.

² O PEJA destina-se à escolarização de jovens e adultos que não puderam efetuar os estudos na idade regular, tendo como meta principal a articulação entre teoria e prática na área da EJA. É desenvolvido em sete *campi* da UNESP localizados nas cidades de: Araraquara, Assis, Bauru, Marília, Presidente Prudente, Rio Claro e São José



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

e senti a curiosidade científica pelo tema da “Alfabetização de Jovens e Adultos”. Após um levantamento e elaboração de um instrumento de pesquisa intitulado: *Bibliografia brasileira sobre alfabetização de jovens e adultos no Brasil (1953-2011)*: um instrumento de pesquisa, em que foram reunidas referências de textos acadêmico-científicos em âmbito brasileiro, pudemos compreender melhor a respeito da produção sobre o assunto no Brasil. Uma das constatações observada refere-se à escassez de estudos sobre o tema, com abordagem histórica. Assim, após desenvolver pesquisa de iniciação científica, como bolsista PIBIC/CNPq/UNESP, e também o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), me senti motivada a pensar algum tema sobre a “EJA”, em História da Educação, em nível de Mestrado. Desta forma, nasce a pesquisa que propus estudar e que lhes apresentaremos.

Como delimitações do problema foram levantadas as seguintes questões: que tipo de política pública o município de Rio Claro adotou no momento de responsabilização pela EJA (no início da década de 1990 - especificamente em 1991, quando assume essa educação) com relação a essa modalidade de ensino? Como as intenções políticas se traduzem nos documentos e nas “falas” dos sujeitos envolvidos?

Objetivos

Geral: Compreender a história da EJA em Rio Claro-SP, especialmente por meio do Projeto Vésper, este no sentido da sua manutenção ou eliminação como instrumento político público de alfabetização de jovens e adultos no município.

Específicos: analisar por meio de um levantamento histórico como se deu a implantação e o desenvolvimento do Projeto Vésper no município de Rio Claro-SP; descrever e analisar ações do Projeto Vésper no que se refere à EJA nesse município; compreender por meio da análise dos questionários a atuação dos professores neste projeto.

Metodologia

Para o desenvolvimento da pesquisa com abordagem histórica proposta, desenvolveu-se pesquisa documental e bibliográfica, por meio dos procedimentos de localização, seleção e análise das fontes documentais e de leitura de bibliografia sobre a EJA, especialmente de abordagem histórica.

A pesquisa foi realizada por meio de investigações nas atas das reuniões da Câmara Municipal de Rio Claro, referentes ao período compreendido entre outubro de 1988 e agosto



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

de 1992, além de consultas ao *site* da Prefeitura Municipal de Rio Claro, na aba Publicações, em: Leis, Decretos e Portarias das publicações oficiais do município selecionado. Foram realizadas pesquisas em jornais locais: *Jornal Cidade de Rio Claro* e *Jornal Diário do Rio Claro* dos anos de 1989 a 1991. Os documentos pesquisados foram dos tipos: oficiais (lei e decretos) e os jornais locais impressos do período de investigação.

Também foram aplicados questionários com professores que atuaram nessa modalidade de ensino, no início da década de 1990, especialmente no Projeto Vésper, sob responsabilização municipal. Desenvolvemos a pesquisa numa perspectiva de estudo de caso.

Um percurso histórico sobre a EJA no Brasil

A fim de compreender o processo histórico da sua situação atual, haverá uma síntese do artigo intitulado: *Breve história sobre a educação de jovens e adultos no Brasil*, de Thyeles Borcarte Strelhow (2010), no qual o pesquisador analisa ações políticas dessa modalidade de ensino, desde o Império, até os nossos dias. As citações de outros autores ao longo da síntese também contribuirão para delinear, como numa viagem ao longo dos tempos, a trajetória histórica da EJA em nosso país.

Do Império à República

Desde o período colonial os jesuítas catequizaram e alfabetizaram na língua portuguesa os indígenas adultos. Com a saída dos jesuítas do Brasil, em 1759, a educação de adultos ficou sob a responsabilidade do Império, restringindo-se às classes mais abastadas.

A partir da Constituição Imperial de 1824 procurou-se dar um significado mais amplo para a educação, garantindo a todos os cidadãos a instrução primária. Essa lei, no entanto, não foi levada a efeito. Com o Ato Constitucional de 1834, ficou sob a responsabilidade das províncias a instrução primária e secundária, mas que foi designada especialmente para jovens e adultos:

Com o Ato Adicional de 1834, conforme estipulado no artigo 10, atribui-se às Assembleias Legislativas Provinciais a competência para legislar sobre ensino, excluído o nível superior. Assim, a partir daí, o governo central reteve a incumbência relativa ao ensino superior em todo o país, limitando sua ação nos demais níveis ao município da Corte. Às províncias cabia a responsabilidade pelo ensino primário e secundário nos respectivos territórios. (SAVIANI, 1988, p. 43).



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

De acordo com Saviani (1988), as instruções elementares e secundárias eram de responsabilidade das províncias, enquanto o nível superior era destinado ao governo central em todo o território nacional.

No início do século XX houve uma grande mobilização social que pretendia acabar com o analfabetismo. Em 1915 foi criada a Liga Brasileira contra o Analfabetismo que tinha como objetivo lutar contra a ignorância para estabilizar a grandeza das instituições republicanas. Era necessário tornar a pessoa analfabeta um ser produtivo que contribuísse para o desenvolvimento do país.

Da década de 40 à Marca dos Movimentos Sociais

Em 1920 era elevada a porcentagem de analfabetos no país (72%). Cria-se, assim, em 1934 o Plano Nacional de Educação, que propunha o ensino primário integral obrigatório e gratuito estendido às pessoas adultas. Foi um plano na história da educação brasileira que previa um tratamento específico para a EJA.

A partir da década de 1940 e com grande intensidade na década de 1950 a EJA ocupa a lista de prioridades necessárias do país. Em 1947 surgiu o programa, de âmbito nacional, denominado Primeira Campanha Nacional de Educação de Adultos, visando atender especificamente às pessoas adultas. Esse movimento durou até fins da década de 1950. Um dos motivos para o surgimento da Campanha foi a intensa pressão internacional, após a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) e da UNESCO (Órgão das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) para a erradicação do analfabetismo nas ditas “nações atrasadas”, após o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945. O fim da década de 1950 e início da de 1960 foi marcado por uma grande mobilização social em torno da educação de adultos.

Do Militarismo à Nova República

De acordo com Fávero e Freitas (2011, p. 374) “A alfabetização e educação das pessoas adultas, no início dos anos de 1960, apareciam como perigosas para a estabilidade do regime e para a preservação da ordem capitalista e por isto foram suprimidas pelo golpe militar de 1964.”.

No período da ditadura militar o governo criou o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) em 1967, a fim de substituir a alfabetização utilizada pelos movimentos sociais antes do golpe, restringindo-se à apreensão da habilidade de ler e



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

escrever, sem a compreensão contextualizada dos signos.

Por fim, o Mobral foi extinto em 1985, com a chegada da Nova República. Assim, outros programas de alfabetização surgiram em seu lugar como a Fundação Educar, vinculada ao Ministério da Educação. Em 1990, a Fundação Educar foi extinta, sem ser criado nenhum projeto em seu lugar. A partir daí começou a ausência do governo federal nos projetos de alfabetização. Os municípios passam a assumir a função da EJA. Paralelamente, foram feitas muitas experiências em relação à educação por universidades, movimentos sociais e organizações não governamentais. Conforme Fávero e Freitas (2011, p. 377):

A partir de então, com o retorno das eleições diretas para prefeitos, os municípios que foram administrados por partidos políticos progressistas buscaram qualificar a EJA, institucionalizando-a no contexto de suas secretarias de educação, criando setores/departamentos responsáveis pela sua implantação, cuidando da formação continuada de professores, elaborando propostas curriculares específicas, muitas delas retomando as propostas freirianias, dentre outros pontos. Os municípios brasileiros que mais se destacaram à época foram Porto Alegre, Santos, São Paulo, Diadema dentre outros. (FÁVERO e FREITAS, 2011, p. 377).

Posteriormente, outros movimentos e programas existiram também, como o Movimento de Alfabetização (MOVA), no início da década de 90; o Programa Alfabetização Solidária (PAS), em 1996; o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), em 1998; o Programa Brasil Alfabetizado, em 2003. De acordo com Fávero e Freitas (2011, p. 378):

Registramos, como iniciativa de governos locais, o Movimento de Alfabetização (Mova) surgido na cidade de São Paulo no governo Luíza Erundina, na gestão de Paulo freire como secretário municipal de educação (1989-1991). (FÁVERO e FREITAS, 2011, p. 378).

Strelhow (2010) apresenta que os projetos e planos visavam o avanço na educação e na erradicação do analfabetismo no Brasil, considerando, no entanto, que o nível de organização desses planos é surpreendentemente atabalhoado. Avalia que se criavam projetos e mais projetos sem ter, muitas vezes, o tempo necessário para surtir efeito, desmantelando ou trocando por outros projetos.

Etapas da pesquisa, discussões e resultados

Visita a Secretaria Municipal da Educação (SME)

Para melhor informar a respeito de como se deu a EJA em Rio Claro, após a responsabilização do município por essa modalidade de ensino, em nível fundamental³, foi

³ Inicialmente, no ano de 1991, atendendo-se o correspondente a EJA I (1ª a 4ª séries); e posteriormente, no ano de 1996, criando-se demanda, atendendo-se o correspondente a EJA II (5ª a 8ª séries).



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

feita uma visita a Secretaria Municipal da Educação (SME) de Rio Claro-SP. Atendida pela coordenadora da EJA em exercício, e a fim de tomar conhecimento dos documentos oficiais que abordam a institucionalização da EJA no município, pôde-se tomar contato com um trabalho acadêmico-científico de Valéria Aparecida Vieira Velis, que se trata de uma Monografia de curso de Especialização em Gestão Educacional. Na monografia *Um estudo das políticas públicas para o atendimento da educação de jovens e adultos no município de Rio Claro*, Velis (2008) faz uma análise das políticas públicas de atendimento da EJA no município de Rio Claro. Levando-se em consideração que as políticas públicas da EJA, na maioria das vezes, não são executadas em âmbito nacional, ficando a incumbência aos municípios, é que essa pesquisa tem como objetivo a análise das políticas públicas de EJA constituídas na gestão popular e democrática no período de 1997-2004, por uma coligação partidária, tendo à frente o prefeito Cláudio Antonio di Mauro.

Em conversa com Velis⁴, ex-coordenadora da EJA na Secretaria Municipal da Educação de Rio Claro, no período de 1998 a 2004, pôde-se obter dados e prioridades com relação ao atendimento da EJA em Rio Claro-SP. O ano de 1989 em Rio Claro foi o momento em que os ânimos se voltaram para a preparação das atividades do Ano Internacional da Alfabetização – 1990. Essas atividades de mobilização estiveram coordenadas pela Fundação Educar, criada em 1985, posteriormente ao MOBRAL e subordinada ao Ministério da Educação (MEC). De acordo com Velis (2008, p. 28) essa Fundação:

[...] desempenhou no município de Rio Claro, no período de 1989 a 1991 a coordenação técnica da capacitação de professores, assessoria pedagógica, distribuição de material didático para todos os alunos e professores, orientação na mobilização da comunidade, mapeamento da demanda e organização de eventos educacionais.

O município de Rio Claro-SP se responsabilizou pelo pagamento dos professores e supervisão das ações educativas, pela criação e/ou utilização da metodologia e material didático próprios.

No ano de 1990 a Fundação Educar é extinta pelo então governo Collor.

Esse ato fez parte de um extenso rol de iniciativas que visavam ao “enxugamento” da máquina administrativa e à retirada de subsídios estatais, simultâneas à implementação de um plano heterodoxo de ajuste das contas públicas e controle da inflação. Nesse mesmo pacote de medidas foi suprimido o mecanismo que facultava às pessoas jurídicas direcionar voluntariamente 2% do valor do imposto de renda devido às atividades de alfabetização de adultos, recursos esses que conformavam o fundo que nas duas décadas anteriores financiara o MOBRAL e a Fundação Educar. (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p. 121.).

⁴ Atualmente é diretora do Departamento Pedagógico da Secretaria Municipal da Educação de Rio Claro-SP.



Após esse período, com a falta de mobilização do governo federal com a EJA, os municípios passam a se responsabilizar por essa modalidade de ensino. Em 1991, a Secretaria Municipal da Educação e Cultura (SEMEC) de Rio Claro implanta o Projeto Vésper, Educação Básica para jovens e adultos garantindo a essas pessoas a oportunidade de serem alfabetizadas e de prosseguirem no caminho do aprendizado.

Com esse Projeto sete classes funcionavam em seis unidades distribuídas no município e totalizavam 188 alunos que frequentavam o curso, onde eram alfabetizados e recebiam a educação básica em Língua Portuguesa, Matemática, Estudos Sociais, Ciências e Saúde. No ano de 1996 criou-se uma demanda de alunos a cursar o nível de 5ª a 8ª séries, passando a se instalar, assim, as primeiras salas desse nível na E.M. “Dr. Paulo Koelle” e E.M. Jardim das Palmeiras – CAIC. (VELIS, 2008).

As investigações realizadas nas Atas da Câmara Municipal e no *site* da Prefeitura Municipal

A fim de nos informarmos a respeito dos documentos que abordam a EJA no município de Rio Claro, nesse processo de municipalização do ensino, quando o governo federal vai deixando a responsabilização dessa educação, fizemos visitas à SME e entramos em contato com ex e atual coordenadoras da EJA e também com uma supervisora de ensino. No entanto, informações mais especificamente sobre esses tais documentos oficiais, diretamente de âmbito municipal não nos foram fornecidas. As explicações dadas foram as de que a maioria delas não acompanhou ou chegou ao cargo posteriormente a esse momento de nosso interesse de investigação.

Apesar do desafio inicial quanto à localização e conhecimento desses documentos, que seriam as fontes da pesquisa, continuamos por prosseguir no levantamento de dados. Passamos a visitas no Arquivo Público e Histórico de Rio Claro, no intuito e na esperança de algum documento relativo à investigação. Num primeiro momento, foi exposto para os funcionários desse Arquivo o objeto de pesquisa, contextualizando o que se propunha a pesquisar. Após, decidimos por buscar pistas e investigar as Atas da Câmara Municipal⁵, referentes à 10/1988 a 10/1990 e a 10/1990 a 08/1992. O período investigado, fins do ano de 1988 a meados de 1992, justifica-se por ser por volta desse período o momento em que o município passa a assumir a modalidade de ensino pesquisada. Entretanto, com relação ao primeiro livro das Atas correspondente ao primeiro período pesquisado (10/88 a 10/90) foi localizado apenas o Requerimento nº 666/89 com o seguinte registro: “Oficiar ao Senhor

⁵ Foram consultados os livros: Ata nº 23 e Ata nº 24, da Câmara Municipal de Rio Claro-SP.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Prefeito Municipal, solicitando informar se existe planos para a celebração de convênio com a Secretaria da Educação do Estado/SP para a execução do Programa de Municipalização oficial do Ensino, no município de Rio Claro.” Tal requerimento foi contestado: Processo nº 9342. Há o registro de que o autor solicitou a retirada do requerimento, o que foi aprovado por unanimidade. Mesmo esse requerimento localizado, em que se aborda a Municipalização do Ensino, não se diz a que modalidade de ensino se refere. Assim, não fica claro se trata da Municipalização do Ensino Fundamental regular, ou na modalidade da EJA.

Com relação ao segundo livro das Atas pesquisadas correspondente ao período de 10/1990 a 08/1992, uma informação interessante, mas que não vem diretamente ao encontro com o interesse da pesquisa, refere-se aos Requerimentos: nº 627/90; nº 26/91 e nº 213/92, em que abordam a questão da suplência do 2º grau.

Podemos perceber que, até esta etapa da pesquisa explicitada, a busca por esses documentos oficiais que institucionalizam a EJA no município não foram localizados.

Como passo seguinte da pesquisa a fim de localizar esses documentos foi consultado o *site* da Prefeitura Municipal de Rio Claro, sugestão de uma funcionária do Arquivo Público e Histórico. Assim, na aba Publicações, em Leis, Decretos e Portarias das publicações oficiais, buscamos no campo “Assunto” por *Educação de Jovens e Adultos*, na esperança de localizar documentos que contemplassem a pesquisa. Dessa forma, foram listados quatro documentos: Lei nº 2548 de 1993; Decreto nº 6197 de 2000; Decreto nº 6918 de 2003, e Decreto nº 7862 de 2007; os quais serão apresentados sinteticamente, a seguir. Pesquisamos ainda por *Projeto Vésper*, na tentativa de buscas por documentos especialmente relacionados a esse Projeto de EJA desenvolvido no município de Rio Claro-SP. Como resultado foi listado um único documento, que se trata do Decreto nº 5535 de 1997, que também será explicitado, em seguida; obedecendo a uma ordem cronológica de apresentação, de acordo com as datas de suas publicações.

A Lei nº 2548 de 1993 trata-se de uma Lei Ordinária, cujo assunto: Abre Crédito Adicional Especial para atender despesas com educação de jovens e adultos, promulgada pelo Vice-Prefeito José Aldo Demarchi no exercício de Prefeito Municipal, data de 06/05/1993.

A Lei nº 5535 de 1997, Decreto de Claudio Antonio de Mauro, Prefeito do Município de Rio Claro-SP, cujo assunto: Cria uma classe do Projeto Vesper – período noturno – na EMEI “Prof. José Martins da Silva”, de 28 de fevereiro de 1997.

A Lei nº 6197 de 2000, Decreto Executivo também do Prefeito do Município, Cláudio Antonio di Mauro, cujo assunto: Dispõe sobre a vinculação das classes isoladas de Educação



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

de Jovens e Adultos Ciclo I – 1ª a 4ª séries do Ensino Fundamental, de 22 de março de 2000.

A Lei nº 6918 de 2003, outro Decreto Executivo daquele Prefeito Municipal, dispõe sobre a vinculação das classes isoladas de Educação de Jovens e Adultos Ciclo I – 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental e dá outras providências, de 08/09/2003.

A Lei nº 7862 de 2007, Decreto Executivo do Prefeito Municipal Dermeval da Fonseca Nevoeiro Junior, em que dispõe sobre a criação de Classes de Educação de Jovens e Adultos - EJA I (1ª a 4ª série) na Rede Municipal de Ensino e dá outras providências, de 14 de fevereiro de 2007.

A partir da leitura na íntegra da lei e dos decretos apresentados é possível considerar que todos abordam a EJA sob a responsabilização do município. Especificamente a Lei nº 2548, de 1993, de acordo com o seu artigo 1º:

Fica aberto na Divisão de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Rio Claro um Crédito Adicional Especial no valor de Cr\$270.000.000, 00 (duzentos e setenta milhões de cruzeiros) para atender despesas decorrentes com a educação de jovens e adultos. (RIO CLARO, 1993).

Dentre esses documentos, o de 1993 é o que aborda e contempla a EJA no período próximo ao da municipalização dessa modalidade de ensino, por meio da Lei nº 2548, quando o governo Federal deixando de se responsabilizar por essa modalidade de ensino e os municípios assumem tal, investindo financeiramente, como ocorre no caso de Rio Claro, abre-se Crédito Adicional Especial para atender despesas com essa educação.

A pesquisa nos Jornais: *Cidade de Rio Claro e Diário do Rio Claro*

Na sede do Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro foram consultados os Jornais locais: *Jornal Cidade de Rio Claro* e *Jornal Diário do Rio Claro*, de 1989 a 1991 sobre a questão da EJA, sob responsabilização do município.

A pesquisa inicial, que se deram nos jornais do ano de 1989, nos cadernos do *Jornal Cidade de Rio Claro*, foi realizada folheando-se todas as páginas, dia-a-dia das publicações desse ano. No *Jornal Diário do Rio Claro*, de 1989, além dos próximos anos (1990 e 1991) de ambos os jornais locais, a pesquisa prosseguiu-se olhando somente as capas das publicações diárias disponíveis, nas várias caixas existentes e disponibilizadas por funcionários desse Arquivo Público e Histórico. Considerando o quesito tempo, a partir da experiência inicial de pesquisa nos jornais, na íntegra do *Jornal Cidade de Rio Claro*, (de 1989), foi pensada uma nova estratégia para a continuidade da pesquisa: atentando-se o olhar somente para as capas desses jornais. Era uma nova maneira de contemplar a pesquisa: com informações a respeito



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

da implantação do Projeto Vésper em Rio Claro-SP, considerando que é na lide das publicações que estão as principais informações e destaques dos fatos que serão notícia no interior do impresso, tendo como principais elementos: manchete, texto chamada, fotografias.

Em análise geral, as notícias nesses jornais não contemplavam especialmente a institucionalização do Projeto Vésper no município. Os registros dessas análises a partir das matérias dos jornais pesquisados ainda estão sendo organizados.

Questionários com os professores que atuaram no período do Projeto Vésper em Rio Claro-SP

Com o intuito de compreender a respeito da atuação dos professores que lecionaram no período de vigência do Projeto Vésper, em Rio Claro-SP, a pesquisa contou com a participação de cinco participantes que fizeram parte da amostra: todos professores, sendo quatro mulheres e um homem. O requisito para seleção e escolha dos docentes para participação da pesquisa foi o de terem atuado como educadores na EJA I, ao longo da existência desse Projeto.

Neste estudo, adotamos como procedimento de coleta de informações a realização de um questionário com sete questões dissertativas e pessoais. Procuramos contemplar questões com foco na formação (inicial e continuada), especialmente voltada para trabalhar com o público da EJA; época, local/locais, tempo de atuação e como foi para que iniciassem o trabalho na modalidade de ensino da EJA. Também questões de como viam o desempenho da SME, no que tange ao atendimento dessa modalidade de ensino.

A participação dos professores nesta pesquisa foi importante na coleta de dados (registros) com relação à atuação como docentes da EJA, especialmente por meio do Projeto Vésper, que estão sendo analisados numa abordagem histórica desenvolvida por meio dos procedimentos de localização, seleção e análise das fontes documentais da época da implantação desse Projeto no município.

Vale lembrar e destacar que os participantes da pesquisa concordaram contribuir com o presente estudo demonstrando satisfação em poder colaborar, relembrar histórias, suas experiências e poder “dizer” e registrar sobre momentos históricos, a nosso observar, especiais e de reminiscências.

Um sentido de conveniência. Aqui eu me refiro ao desejo do indivíduo de um sentimento de auto-respeito enraizado numa crença em seus próprios valores e experimentado quando êle confirma a realidade desses valores em seu próprio comportamento diário. Poderíamos também incluir nessa rubrica particular o que muitas vezes tem sido citado como o <<desejo de dizer>>, não necessariamente um dizer que seja altamente intelectualizado, mas ao



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

menos um sentimento de que a própria existência de alguém faz sentido.
(CANTRIL, 1971, p. 223).

Conclusões

Pudemos observar ao longo do texto que, com a extinção da Fundação Educar, no ano de 1990, assim como de outros programas existentes, o governo federal não propôs nada que a substituísse, deixando a responsabilização pela oferta da EJA para os estados e os municípios. Podemos dizer que, a partir de então, essa modalidade de ensino é descentralizada. Após esse período, o município de Rio Claro-SP, por meio da SME vai assumindo essa responsabilidade.

As análises da pesquisa ainda estão sendo desenvolvidas, pois o estudo encontra-se em andamento. Porém, alguns aspectos já podem ser constatados ao longo do texto aqui apresentado. Apesar de escassas, as fontes documentais a respeito do Projeto Vésper no município, especialmente no momento de sua implantação, puderam revelar dados relevantes e pertinentes a continuação das investigações.

Referências Bibliográficas

- CANTRIL, Hadley. A demanda do indivíduo em relação à sociedade. In: RUITENBEEK, Hendrik M. (Org.). **O dilema da sociedade tecnológica**. Petrópolis: Editora Vozes, 1971. p. 215-229.
- FÁVERO, Osmar; FREITAS, Marinaide. A educação de adultos e jovens e adultos: um olhar sobre o passado e o presente. **Inter-Ação**, Goiânia, v. 36, n. 2, p. 365-392, jul./dez. 2011.
- HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 108-194, maio/jun./jul./ago. 2000.
- RIO CLARO. **LEI Nº 2548**, de 06 de maio de 1993. Abre Crédito Adicional Especial para atender despesas com educação de jovens e adultos.
- SAVIANI, Dermeval. **Política e educação no Brasil: o papel do Congresso Nacional na legislação do ensino**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1988.
- STRELHOW, Thyeles Borcarte. Breve história sobre a educação de jovens e adultos no Brasil. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 38, p. 49-59, jun. 2010.
- VELIS, Valéria Aparecida Vieira. **Um estudo das políticas públicas para o atendimento da Educação de Jovens e Adultos no município de Rio Claro**. 2008. 52f. Monografia (Especialização em Gestão Educacional) – Faculdades Integradas Claretianas, Rio Claro-SP, 2008.